

FGV/EBAP

CADERNOS EBAP

Nº 43

MAIO DE 1989

DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL: VARIAÇÕES  
SOBRE O TEMA DE ESTADO E SOCIEDADE

Rezilda Rodrigues Oliveira \*

Ricardina Maria Menezes dos Santos\*

\* Mestrandas do Curso de Administração Pública  
da Escola Brasileira de Administração Pública  
da Fundação Getúlio Vargas

BR-00041272-2

33229

59166

BIBLIOTECA  
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

7/13/89  
10.08.89

## **CADERNOS EBAP**

Publicação da ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS para divulgação, em caráter preliminar, de trabalhos acadêmicos e de consultoria sobre Administração Pública.

### **DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

**DIRETOR DA EBAP:** Bianor Scelza Cavalcanti

**CHEFE DO DEPTº DE PESQUISA E PUBLICAÇÕES:** Sonia Fleury Teixeira

**EDITOR RESPONSÁVEL:** Paulo Emílio Matos Martins

**COMITÊ EDITORIAL:** Corpo docente da EBAP

O texto ora divulgado é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

**Correspondência:**

**CADERNOS EBAP**  
Praia de Botafogo, 190, sala 406  
Botafogo – Rio de Janeiro – RJ  
CEP 22.253

**Telefone:** (021) 551-1542 – Ramal 146

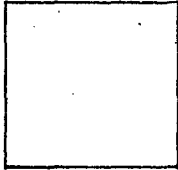
Prezado Leitor,

Estamos atualizando o nosso cadastro para que Você continue a receber gratuitamente os **CADERNOS EBAP** no endereço de sua preferência.

Caso deseje seguir recebendo a referida publicação, solicito o obséquio de fornecer e enviar-nos, com a maior brevidade possível os dados abaixo.

*O Editor*

Corte aqui



**CADERNOS EBAP**  
Escola Brasileira de Administração Pública da  
Fundação Getúlio Vargas  
*Departamento de Pesquisa e Publicações*  
Praia de Botafogo, 190, Sala 407  
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ  
22 253

Dobre aqui

**CADASTRO: CADERNOS EBAP**

Nome: .....  
Instituição: .....  
Endereço: ..... Nº: .....  
Cidade: ..... UF: .....  
País: .....  
Código postal: .....  
Data: ..... / ..... / .....  
Assinatura .....



**FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS**

**REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RAP  
A MELHOR REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA DO PAÍS**

Desde 1967 o percurso da RAP tem sido marcado pelo enriquecimento da literatura sobre Administração, em geral, e Administração Pública, em especial, e pela consolidação do papel de destaque desempenhado pela FGV e pela EBAP na divulgação de conhecimentos no campo das Ciências Sociais.

**INFORMAÇÕES E ASSINATURAS**

**Fundação Getúlio Vargas**

**Escola Brasileira de Administração Pública**

**Praia de Botafogo, 190**

**Telefones: 551.1542 Ramal 145 ou**

**551.8051**

**Livraria Carneiro Felipe**

**Praia de Botafogo, 188**

**Telefones: 551.1542 Ramal 353 ou**

**551.0246**

O CENTENÁRIO DA REPÚBLICA NO INSTITUTO DE DIREITO PÚBLICO  
E CIÊNCIA POLÍTICA - INDIPO, DA FGV.

I - CICLO DE PALESTRAS - "VULTOS DA REPÚBLICA"

- . "Rodrigues Alves" - 07 de agosto

Conferencista: Senador Afonso Arinos  
Diretor-Titular do INDIPO

- . "Benjamin Constant" - 29 de agosto

Conferencista: Prof. Djacir de Lima Menezes  
Chefe do Centro de Estudos de Filosofia  
Política e Jurídica do INDIPO

- . "Clóvis Beviláqua" - 13 de setembro

Conferencista: Prof. Silvio Meira  
Membro do Conselho Federal de Cultura

II - MESA REDONDA - "ANÁLISE CRÍTICA DOS PERÍODOS REPUBLICANOS"

Sob a presidência do Senador Afonso Arinos e com a participação, entre outros, dos Profs. Alberto Venâncio Filho e Vamireh Chacon, membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Prof. Paulo Roberto Motta, da Escola Brasileira de Administração Pública-EBAP da FGV.

LOCAL: 3º andar do Edifício-sede da FGV  
HORÁRIO: 15hs  
INFORMAÇÕES: 551.7801

## Í N D I C E

	Pág.
I - INTRODUÇÃO .....	1
II - A ORDEM ESTATAL NO BRASIL .....	1
III - ESTADO: EXPRESSÃO DA DOMINAÇÃO BURGUESA .....	12
IV - ESTADO E SOCIEDADE: O LUGAR TEÓRICO DE UMA RELAÇÃO. À GUIA DE CONCLUSÃO .....	15
V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	29

## I - INTRODUÇÃO

Este trabalho adota como ponto de partida a hipótese de que o Estado seria a expressão da dominação burguesa no Brasil.

Em torno desse eixo giram as proposições analíticas expostas, com o objetivo de investigar a relação Estado e Sociedade, cujo denominador comum traduz a problemática hoje enfrentada pelo País. Na verdade, trata-se de uma das mais polêmicas variações que as abordagens do tema têm permitido fazer. Argumentando sobre o tema, considerando que argumentar é criticar, realça-se a trajetória intervencionista do Estado brasileiro, estabelecido o marco histórico iniciado em 1930. Embora não seja analisada, a causa material da crise brasileira aparece nas entrelinhas com força suficiente para dar suporte à tese de que é imprescindível redefinir o atual papel do Estado no Brasil, dada a exaustão das formas e modelos perseguidos nos anos recentes da história do País.

## II - A ORDEM ESTATAL NO BRASIL

O nascente Estado Moderno Brasileiro é o marco histórico escolhido para delimitar o tema da ordem estatal no Brasil. Para os efeitos deste trabalho a análise focalizará, particularmente, os condicionantes históricos que propiciaram: (1) a transição do Estado oligárquico para a implantação do capitalismo industrial no País, com as características próprias do caso brasileiro, (2) a emergência da burguesia industrial; e (3) as repercussões desse



processo histórico sobre a ordem estatal, correspondente às transformações que se registraram na estrutura econômica e social do Brasil.

Esse quadro nasce do processo revolucionário de 1930, observado num momento de transição de uma economia colonial para a industrial, na qual fixa-se a trajetória intervencionista do Estado brasileiro, tido como o suporte indispensável da modernização e do surgimento da burguesia e do proletariado no País. A este Estado, atribui-se um novo padrão de organização política e de sustentação do poder, que assistiu ao enfraquecimento do sistema oligárquico vigente e transformou a emergente burguesia industrial numa suposta beneficiária das mudanças políticas que ocorreram no decorrer dos anos seguintes.

A perda de hegemonia do setor agrário pode ser destacada em função da debilidade dos grupos cafeicultores, devido à crise de 1929. Entretanto, como acentua Mello (1982) foi a economia cafeeira que engendrou as condições do surgimento do capitalismo industrial e da grande indústria, embora o recém-instalado grupo tivesse interesses claramente diferenciados em relação aos das elites rurais tradicionais que se identificam com os padrões oligárquicos de poder.

Buscando referências para analisar esse tipo de relações econômicas e de relações políticas vamos encontrar uma articulação específica entre a sociedade agrária tradicional e a nascente burguesia industrial, que longe de impor as respectivas ordens econômicas que representavam, firmaram uma aliança, excluindo a

participação popular. Desse modo, o processo revolucionário ocorrido em 1930, vai encontrar relações estáveis na estrutura econômica da sociedade, dada a incapacidade de auto-afirmação das forças em presença, que se aliaram participando de uma dada vertente "pelo alto" da revolução burguesa.

Nesse contexto cabe lembrar que o significativo afluxo de populações das áreas rurais para as cidades ainda não havia assumido sua verdadeira dimensão urbana, de maneira que os interesses populares não tinham maior expressão. Assim, aparecem mais os interesses econômicos do que a futura incorporação do proletariado e das massas urbanas, que posteriormente seriam inseridos na nova etapa de divisão social do trabalho e na própria ordem estatal reinante no período pós-1930.

Pode-se afirmar, inclusive, que a estruturação do poder passou para uma composição diferente de uma mesma classe: a burguesia. Condições favoráveis para o surgimento do capital industrial foram estabelecidas pela política governamental, e pelo "auge exportador", que beneficiou a agricultura de exportação (o setor cafeeiro usufruiu altos preços e, por conseguinte, atingiu sensível aumento da renda real), como acentuam Villela e Suzigan (1975: 133-4). Do ponto de vista estatal, sabe-se que o Governo estabeleceu facilidades de crédito, a lei de sociedade anônimas e a criação da Bolsa de Valores. Já a sobre-acumulação financeira (proveniente do setor cafeeiro), indubitavelmente responsabiliza-se pela transformação desse excedente em capital dinheiro indispensável à aplicação na indústria, nos meios de produção e na mão-de-obra, representada pelas correntes imigratórias.

A permanência dos antigos grupos hegemônicos e a emergência da burguesia industrial, além das novas frações de classe representadas pelo proletariado e as massas urbanas, formam o pano de fundo, no qual superpõe-se a presença do Estado.

Introduzir o Estado na análise sob o quadro ora delineado, consiste em reconhecer a fragilidade das forças que o cercaram e entender o porquê da alteração do papel que até então ele vinha exercendo na estrutura econômica e social do País. Passando de simples regulador do incipiente sistema industrial existente a instrumento direto de sua constituição, o Estado começa a se destacar por sua ativa participação, criando condições para que a dominação burguesa viesse a prosperar.

Sintomaticamente, surgem as práticas relacionadas com a política trabalhista, conforme aponta Francisco de Oliveira (1975:13), comentando que "... através da criação de uma política trabalhista que estabelecia o custo da reprodução da mão-de-obra (preço do fator), o Estado passa a intervir, ampliando as suas funções, de modo a criar as bases para a acumulação capitalista industrial". De fato, ao Estado atribui-se relevância no impulso industrialista, assegurado também por medidas de criação de infraestrutura, transferência de renda do setor exportador para o setor interno e regulamentações de tarifas alfandegárias (Ianni, 1986). Por outro lado, a defesa desse dito intervencionismo, apóia-se na própria Constituição de 1934, que deu especial relevância ao papel do governo na vida econômica do País.

À primeira vista e a título de ilustração, insinua-se o tratamento que foi dado a trabalhador: este receberá os direitos

básicos - salário mínimo, férias e aposentadoria, licenças, legislação previdenciária - conferidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943. Considera-se então, que ao pólo antagônico da burguesia fora reservado um espaço estratégico no processo político, realçado pelo controle exercido sobre a classe trabalhadora, imposto pelo Estado que contava com o apoio dos sindicatos. Vilma Figueiredo (1978:23-4), entende que assim, é por serem os interesses do proletariado "... manipulados de dentro dos próprios sindicatos para se adequarem aos interesses prevalentes do governo, interesses esses que favoreciam o crescimento industrial". Tal, citação testemunha um ciclo que vai se acentuar no decorrer da emergência e consolidação da burguesia industrial, em que esta contará com o Estado para fazer valer a posição dos empresários frente à classe trabalhadora, com indisfarçável constância.

A maneira como o Estado assume o papel de árbitro, entretanto, ocorre em função da força pessoal do Chefe do Estado, Getúlio Vargas. No Estado getuliano, predominou o autoritarismo institucional inspirado pela ditadura vigente no período 1937-1945, sendo que a ditadura foi uma solução para a consolidação do poder pessoal de Vargas e para a instauração do Estado como soberano perante as forças sociais em presença" (Weffort, 1979: 62).

Tem-se, então, que o aparelho estatal se afirmou como a forma pela qual se exprimiram as relações de produção e das relações de dominação. Octávio Ianni (1986: 25-69) nesse particular faz uma notável análise sobre como se constituiu uma complexa estrutura governamental para converter o capital financeiro em ca

pital industrial, através da incorporação do pensamento tecnocrático e científico. Essa dita análise nasce do exame das relações entre o Estado e a Economia, via políticas econômicas governamentais. A outra face da ação estatal, conforme já se teve oportunidade de frisar, é aquela que se interpõe nos conflitos de classe, tutelando tanto as organizações patronais como operárias. (1)

A marca maior dessa face recae, sensivelmente, na ênfase populista, confrontada por duas correntes de pensamento que interpretam diferentemente o projeto de industrialização na era Vargas.

Em se tratando da primeira corrente de pensamento, vamos encontrar que o significado das inovações que ocorreram não correspondem a um projeto de industrialização do governo pós-revolucionário de 1930, sugerindo que este foi apanhado por surtos de industrialização, havendo quem afirme que "... a falta de financiamento industrial em bases institucionais foi um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento industrial" (Villela e Sizigan, 1975: 219). O segundo ponto de vista, assinala que se o industrialismo não era uma orientação preponderante, o que havia era a "ausência de uma política econômica coerente", em virtude de que "... medi-

---

(1) Essa interposição, em verdade, pende mais para reforçar o poder pessoal do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945). Assim pensa Francisco Weffort (1980:51) para que "... o fantasma do povo na história brasileira" aparece sendo manipulado soberamente por Getúlio Vargas durante 15 anos. Através de Getúlio, o Estado criará uma estrutura sindical que controlará durante todas as décadas posteriores, 'doará' uma legislação trabalhista para as cidades (atendendo assim à pressão das massas urbanas que manipula, sem molestar os interesses do latifúndio), estabelecerá, através dos órgãos oficiais de propaganda, a ideologia do 'pai' dos pobres".

das favoráveis à indústria coexistiriam com medidas ditadas pelo propósito de amparar os interesses dos grupos econômicos tradicionais" (Fausto, 1970: 104-14). A nosso ver esta segunda corrente de pensamento se funda na tese de que se houve o fim do sistema oligárquico, não ocorreu o fim das oligarquias, que intocadas em suas fontes de poder, subsistiam como forças localizadas e associadas às elites industriais, apoiando o modelo centralizador - à época do Estado Novo.<sup>(2)</sup>

O foco do poder, por este motivo, mostrava-se propenso a facilitar a ação do poder público na economia, que embora comprometido com as classes dominantes tradicionais, prosseguiu rumo a uma estratégia que haveria de garantir o padrão de crescimento centrado na indústria.

As evidências empíricas demonstram a prevalecência da segunda tese, quanto ao que de fato aconteceu no País, reforçadas pela ideologia do nacionalismo econômico e capitalismo nacional. Sem dúvida, a estratégia política resultante dos anos 1930-1945, indicava uma forte determinação para o desenvolvimento econômico e a industrialização, abrindo perspectivas novas à formação do capitalismo industrial no Brasil, com condições nacionalistas que tive-

---

(2) Boschi (1979:72) evidencia que os empresários industriais, contraditoriamente, assumem uma posição que favorece práticas anti-liberais e um estilo corporativo de relações com o Estado, subordinando-se à estrutura de representação de interesses. Semelhante opinião tem Ianni (1986:101), ao expor que "pouco a pouco, a burguesia industrial compreende que a diferenciação acentuada do sistema econômico-social e político impõe a intervenção estatal e que esta pode ser orientada em seu benefício".

ram que ser acomodadas. Também os anos cinquenta experimentaram um projeto de expansão econômica voltado para a industrialização, sobretudo pela marcante influência exercida pela CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina. A teoria assumida pela CEPAL dá força ao papel do Estado, principalmente abrindo espaço para o caráter nacionalista e expansionista, que usa o planejamento centralizado como instrumento viabilizador do processo de desenvolvimento. Dessa lógica surgem duas questões ainda não mencionadas aqui. A primeira diz respeito à sistematização da intervenção estatal, sob o signo do cepalismo, quando antes se caracterizava por seu caráter excepcional e assistemático, visando resolver um problema conjuntural. Com o aparecimento da CEPAL, percebe-se o processo de indução da intervenção estatal tanto no Brasil como na América Latina,

"...seja para fornecer a infraestrutura física e financeira necessária para a industrialização; seja para estabelecer as indústrias idealizadas nos planos, mas que os particulares não queriam ou não podiam implantar; seja para evitar que as indústrias privadas falidas encerrassem suas operações, prejudicando, destarte, o desenvolvimento; seja, enfim para evitar as mazelas sociais produzidas pelo crescimento econômico e sua sequência de urbanização rápida e irracional".

(Saravia, 1988:12)

A segunda questão fixa o aspecto que doravante estará intrinsecamente relacionado com a ordem estatal: o planejamento governamental. Nesse sentido, os anos 1951-1954 representam a era em que se introduziu a realização de estudos técnico-científicos sobre os problemas econômicos brasileiros e em que se apresentou o Plano Nacional de Reparelhamento Econômico, o qual previa inves-

timentos para cinco anos, em indústrias de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura.

O período seguinte, do Governo Juscelino Kubitschek, marca em definitivo, os novos rumos de ação estatal no Brasil: nos anos 1956-1960 realizou-se ampla e profunda transformação do sistema econômico do País, sendo que a política governamental desses anos foi sistematizada no Programa de Metas (Ianni, 1986:152). Os elementos essenciais da técnica de planejamento passam a ser incorporados pelo poder público, preocupado em acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização e a alavancagem do setor privado nacional e estrangeiro.

Atravessando o País, nos anos seguintes, um período marcado por sérias crises econômicas e políticas na fase turbulenta que compreendeu o episódio da renúncia de Jânio Quadros e a deposição do Governo João Goulart, configura-se um quadro histórico que fecha o ciclo iniciado em 1930, sem que seus problemas tivessem alcançado o equacionamento desejado. Contrariamente, exacerbam-se os problemas que exigiam as chamadas reformas de base e denuncia-se a ausência de uma classe empresarial capaz de formular uma política independente. Por outro lado, tendo o Estado sido "ameaçado" em sua legitimidade, vê esvair-se com o alvorecer do período pós-64, a ideologia nacionalista que havia associado, até então, embora que antagonicamente, a burguesia nacional e os trabalhadores, sob as vistas do controle estatal.<sup>(3)</sup>

---

(3) O desaparecimento da ideologia nacionalista é registrado por Vilma Figueiredo (1978:132-3). Segundo esta autora, o compromisso com a expansão capitalista internacionalizada aparece, o sentido de nacionalismo muda, passando a ser sinônimo de interesse econômico da burguesia, a crescente eficiên



Por outro lado, o novo ciclo da ordem estatal, supõe a existência de um caráter burguês diversificado, em que têm lugar, praticamente, todas as classes proprietárias:

"tanto os setores burgueses industriais; tanto as ligadas à produção, quanto as ligadas do comércio e às finanças; tanto as mais poderosas, como as grandes empresas multinacionais, quanto as mais débeis, como a pequena e média empresa nacional; tanto o capital privado, quanto o capital estatal; tanto os setores burgueses mais progressistas, quanto os mais conservadores e reacionários".

(Carlos Martins, 1977:209)

Além dessa constatação, assume importância primordial, a classe tecnocrata, convidada a se instalar na esfera política ante a complexidade dos interesses em jogo, que procurava conciliar a racionalidade global multinacional com as necessidades da acumulação local.<sup>(4)</sup> Ao espectro dessa participação conjuga-se o comando dos militares, cuja doutrina do "desenvolvimento com segurança", por sua própria natureza atribuía elevada prioridade à preservação da estabilidade política e social.

---

(3) Cont.: cia na produção econômica, com uma ênfase nas soluções "realistas e técnicas". Tendo em vista essa mudança de ênfase, parece interessante, con-  
jugar a esse pensamento, as idéias de outro autor. Bresser Pereira (1981: 103) talvez seja aquele que melhor caracterizou as bases científicas e técnicas do pensamento econômico brasileiro na fase pós-64, em que o primeiro postulado vem a ser, exatamente a falta de ideologia, no reinado da racionalidade técnica: "todos os problemas são técnicos e podem ser tecnicamente resolvidos".

(4) Uma análise da interação do Estado com as multinacionais é feita por Evans (1982), cujo principal enfoque aponta para as contradições que se refletem na ação estatal. Observa-se a presença de "... um Estado nacionalista cuja estratégia de acumulação está condicionada pelas suas relações com a economia internacional e depende da cooperação da empresa multinacional" (Evans, 1982:55).

A influência dessa doutrina sobre o Estado brasileiro foi enfatizada de várias maneiras, seja no tocante à estrutura produtiva do País seja no que se refere à militarização da administração pública.<sup>(5)</sup> Os rumos da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico foram guindados aos projetos de modernização, identificados com a opção institucional do Estado, a partir de 1964, forçando a expansão da "empresa nacional" (formada pela associação de conglomerados econômicos-financeiros do Estado, capital privado nacional e internacional).

Notável, porém, foi o leque amplo que incluiu o próprio aparelho de Estado, que teve recriadas suas funções básicas, culminando com a poderosa máquina econômica, tecnológica e administrativa que viria a apoiar o Estado Planejador.<sup>(6)</sup>

A ordem estatal no período pós-64 assistiu ao predomínio dos planos nacionais de desenvolvimento, que viriam consolidar uma estrutura de poder erigida para a auto-sustentação do Estado. Um Estado que se propunha a ser o maior investidor na economia e a

---

(5) Clovis Brigagão (1985:7) observa a vida política brasileira, considerando que as intervenções militares são tradicionais desde 1822. Porém, um tipo diferente de poder foi assumido pelas Forças Armadas após 64.

(6) A Reforma Administrativa de 1967 (Decreto-Lei nº 200/67, de 25.02.67) e todo o conjunto de leis complementares, institucionalizou e instalou estruturas e procedimentos que propiciaram a União um sistema de extrema centralização decisória quanto às políticas e programas de ação governamental, juntamente com a concentração de recursos. Foi também implantada a hegemonia absoluta do Poder Executivo sobre os demais Poderes (Legislativo e Judiciário). Sobre a Reforma Administrativa de 67 e demais movimentos de modernização do Estado, recomenda-se a leitura de Wahrlich, Beatriz. Reforma Administrativa Federal Brasileira: Passado e Presente in EBAP/CIPAD, Textos de Disciplina Modernização Administrativa, vol. III, pp.86-156, mimeo.

ordenar o processo de produção através de grandes organizações em presariais constituídas com o capital estatal, além de estimular o crescimento da tecnoburocracia.

O processo de estatização que privilegiou a grande unidade de produção e a capacidade regulatória do Estado, consubstanciado no novo estado de compromisso firmado sob os propósitos de relação e hegemonia pela burguesia, num contexto político e institucional, constitui o assunto que será explorado no próximo tópico.

### III - ESTADO: EXPRESSÃO DA DOMINAÇÃO BURGUESA

O pacto político surgido em 1930, configura-se como sendo um Estado de Compromisso , no qual se equibavam cafeiculturores , alguns setores da burguesia agro-exportadora, grandes comerciantes exportadores e a burguesia industrial nascente, além dos grupos sociais subordinados (o proletariado e as massa urbanas). Conforme já foi situado, dada a fragilidade das forças ali representadas, coube ao Estado exercer consensualmente o poder político, numa frente não liberada pela burguesia, mas por Getúlio Vargas.

Tratando de uma fase de transição, duas frentes abriam-se para as forças emergentes no processo: de um lado, havia as classes trabalhadoras e do outro, a burguesia nascente.<sup>(7)</sup> Para a primeira, embora tenha havido a possibilidade de maior participação

---

(7) Da classe trabalhadora, exclui-se o trabalhador do campo e os trabalhadores urbanos não protegidos pela legislação trabalhista.

política, social e econômica, as práticas demonstraram que sua auto-afirmação nunca foi além de acordos salariais firmados com a classe dirigente em momento de convulsão política.<sup>(8)</sup>

Quanto à burguesia nascente, esta se apresenta como portadora de um projeto de dominação, que mesmo não estando explicitado formalmente, reflete a estratégia de uma classe em ascensão, a insinuar-se na grande diversificação do aparelho estatal estruturado pós-1930. O papel do Estado no setor produtivo é aceito pelo setor privado enquanto o processo se faz em benefício de seus interesses, compartilhando com ele uma ideologia que destaca o Estado como mobilizador e instrumentalizador da industrialização, numa aparente representação de interesses de toda a sociedade.<sup>(9)</sup>

Superado este estágio, a burguesia estabelece e consolida o campo de forças, abrindo caminho para a internacionalização da economia. Logicamente, isto equivaleu a uma alteração profunda do projeto hegemônico da burguesia, porque foram sendo vencidas etapas de um processo de industrialização acelerada - tardio - como um caso de industrialização na periferia. Diga-se de passagem, às custas de um tipo especial de dependência, caracterizado pela associação ou aliança com o capital internacional, estatal e nacional. O Estado também participou dessa aliança com um sócio ativo, sendo

---

(8) Como sugere Octávio Ianni (1986:236-7), que complementa a análise, entendendo que como a burguesia ainda não havia consolidado algumas de suas conquistas fundamentais, se viu na contingência de aceitar taticamente o convívio político com o proletariado.

(9) É ainda nesta etapa que a ideologia de industrialização permite integrar todos o que estão identificados com ela: proletários e industriais em projeto, segundo Motta (1979: 100-10).

que a opção institucional, de início, privilegiou o desenvolvimento orientado para a substituição de importações, a transição para a consolidação do mercado interno e a expansão empresarial do Estado.

Acrescenta-se que no período pós 64, a dita aliança tripartite firmou-se no espaço econômico, alicerçada na atuação do poder público. A esfera estatal passou a comportar os partidários desse bloco, pondo em prática uma política de desenvolvimento que permitiu a realização de inversões externas e que se marginalizasse os setores populares do processo decisório, como condição básica para acelerar a formação interna de capitais e assegurar seu controle, através da grande unidade de produção.<sup>(10)</sup>

A esta altura já se pode falar na sofisticação da dominação burguesa, lançada e imediatizada na conquista do poder de Estado. O padrão de interdependência passará a dispor do aporte significativo de intelectuais orgânicos ou de uma "inteligência" militar, tecno-empresarial e empresarial, além dos executivos do aparelho estatal que formaram a tecnoburocracia como centro de transmissão ideológico-produtiva, como sustenta a tese levantada por René Dreifuss (1987).

---

(10) Dividido o mercado interno, a aliança populista é rompida, com total exclusão do proletariado. Segundo Cardoso (1975:178) articulam-se importantes setores da "burguesia empresarial que se organizou na grande empresa e os setores de classe média que se escudavam no Estado Empresarial e na Grande Empresa, inclusive e principalmente os militares que assumiram como missão própria alcançar e fortalecer o desenvolvimento capitalista." Isto tudo após a derrota do Governo Goulart.

O poder nacional vive a trajetória da burguesia em sua nova versão, que atropela desde os interesses oligárquicos até a burocracia cartorial dos regimes populistas que antecederam o regime militar implantado no País. A nova elite associada ao capital multinacional, logrou contornar os canais tradicionais populistas, administrativas e políticos, estabelecendo critérios de racionalidade técnica dentro do aparelho de Estado, assim como, como novas formas de comunicação com os centros de decisão - os chamados anéis burocráticos-empresariais. Esses anéis tornaram-se um bloco de poder no governo, desenvolvendo uma forma "tecnocrática" de representação de interesses, constituída por militantes da modernização-conservadora, tão solidamente estruturados que conseguiram submeter até as forças tradicionais dominantes e concentraram em suas mãos, o maior grau de poder econômico e político jamais visto, comprando para o País o desafio de democratização do autoritarismo, no âmbito do Estado e da Sociedade.

#### IV - ESTADO E SOCIEDADE: O LUGAR TEÓRICO DE UMA RELAÇÃO. À GUIA DE CONCLUSÃO

Cabe agora estabelecer o lugar teórico da temática do "Estado e Sociedade", nos termos do que foi até aqui abordado, refletindo os dilemas e contradições que emergiram da análise.

Em primeiro plano, aparece a questão do Estado e a expressão burguesa que o domina no âmbito da sociedade civil.<sup>(11)</sup>

---

(11) "Em Marx e Engels (que nisso seguem essencialmente Hegel) Sociedade Civil designa sempre o conjunto das relações econômicas capitalistas, ou, em outras palavras, é sinônimo de infraestrutura ou base material. Em Gramsci,

Apoiando essa reflexão num dado referencial teórico, vão se descobrindo categorias de análise, principalmente no que se reporta à questão da hegemonia, explicitada por Marilena Chauí (1984)<sup>12</sup>, que em muito contribui para delimitar o problema, sobretudo quando voltado para o aspecto de ambiência social.

Evidências empíricas denotam a comprovação de determinação das vertentes de pensamento ou insinuam esquemas estratégicos e táticas adotadas pelos principais atores da cena política brasileira, que se fazem anunciar em movimentos disfarçados ou ostensivos, para exercer o seu poder de classe, da forma como é definido por Ralph Miliband (1977). O autor afirma que

"poder de classe é o poder geral e penetrante, que uma classe dominante (assumindo-se, para fins de explicação, que há somente uma) exerce a fim de manter e de defender a sua predominância na sociedade civil".

(pp-54-5).

No caso da burguesia industrial parece importante chamar a atenção para o fato de que, à medida em que as condições his

---

(11) Cont.: ao contrário, o termo 'Sociedade Civil' designa um momento de superestrutura. Designa o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc.", como afirma Nelson Coutinho (1980-52).

(12) Segundo Chauí (1984:110) "este fenômeno de conservação da validade das ideias e valores dos dominantes, mesmo quando se percebe a dominação e mesmo quando se luta contra a classe dominante mantendo sua ideologia, é que Gramsci denomina de hegemonia não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado (isto é o controle de jurídico, político e policial da sociedade), mas ela é hegemônica sobretudo porque suas ideias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados até mesmo quando lutam contra essa dominação".

tóricas lhe eram propícias, esta foi se assenhorando do aparelho de Estado. Esta trajetória dual - do poder de classe e do organismo próprio de um grupo - teve dois momentos básicos, o da Revolução de 1930 e o movimento de 1964. Nela está claramente identificada a atividade expansionista de uma classe que se utiliza da posição privilegiada do Estado para instaurar as bases da acumulação.

Após 1930, ocorreu o desenvolvimento de um Estado que englobaria instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo predominantemente burguês, de acordo com o capitalismo que estava presente de forma mais clara e muito mais livre dos contornos oligárquicos de outrora, aponta Motta (1979:71). Este comentário considera também que "... o Estado Capitalista constitui a burguesia como classe politicamente dominante" (Poulantzas, 1980:144).

Nesse contexto, certamente, ocorre aos analistas situar o Estado como uma instituição na qual passou a predominar, em um dado momento historicamente definido, o poder político da burguesia. (13)

Num processo contínuo que se teve oportunidade de acompanhar em várias passagens deste trabalho, delineia-se a passagem do Estado oligárquico para o Estado intervencionista, em paralelo

---

(13) Esse pensamento se apóia no que constitui uma tese de Figueiredo (1978:56): "Somente quando uma função de dominação política aparece dentro da estrutura jurídico-política, esta estrutura deve ser chamada de Estado. Esta dominação política aparece apenas na sociedade divididas em classes, e, portanto, o poder político é a capacidade de uma classe utilizar o aparelho de Estado para servir a seus próprios interesses".



com o processo de empresarialização acelerada do setor público.

Nesse sentido seria interessante apreender o pensamento crítico de Carlos Martins (1977), ao analisar a questão da ordem estatal no Brasil. Senão vejamos:

"...Não foi apenas como empresário que o Estado ampliou sua intervenção na economia". ( ) "... No nível normativo, concernente à regulamentação das formas de atuação das empresas e ao delineamento geral da economia, observa-se que é com poderes cada vez mais acrescidos que o Estado traça a política tributária, monetária e cambial, fixa estratégias para o combate à inflação, predetermina os fluxos de comércio, reorienta a produção, controla os preços, regulamenta os salários e assim por diante. No nível instrumental, o Estado tampouco tem hesitado em utilizar suas redes institucionais para agir sobre as condições de funcionamento da economia: desde o moderno sistema de agências financeiras até o tradicional sistema de institutos, não faltam instrumentos para o exercício de sua intervenção cada vez mais ampla, profunda e variada".

(pp. 258-9)

Deve-se atentar, portanto, para a era de modernidade que se abateu sobre o Estado: características modernizantes são evidenciadas em complexos institucionais que escapam cada vez mais ao controle da sociedade, autonomizados e donos de seus próprios mecanismos burocratizantes. Um paradoxo, entretanto, também deve ser lembrado, pois que, ao lado de tais estruturas burocráticas, coexistem

"forças recorrentes do processo de evolução histórica que, comprometidas com valores tradicionais e conservadoras, crescentes, objetivam, contraditoriamente, por meio de idéias de racionalização e eficiência, conduzir o processo de desenvolvimento".

(Oliveira, 1988:1073).

Desse modo, através desse referencial, é possível visualizar, na dinâmica da ação estatal sob o signo burguês, que o Estado brasileiro reúne aquilo que significa o poder concentrado a que se refere Engels<sup>(14)</sup>, ou, o poder burocrático, resguardadas as peculiaridades de um capitalismo de Estado burguês, à moda brasileira.

Nos dias de hoje, a intervenção estatal outrora defendida como o passaporte para o alcance do desenvolvimento econômico, vem sendo intensamente criticada<sup>(15)</sup>, sobretudo porque o Estado vem perdendo, ao longo dos últimos anos, a capacidade financeira para investir na economia e tende a ser pressionado porque os empresários privados se sentem prejudicados ao observarem que os recursos mobilizados pelo Estado começam a ser redistribuídos em proveito das classes dominadas<sup>(16)</sup>.

Deste raciocínio surgem dois comentários básicos para a compreensão do tema que se vem explorando: primeiro parece ser consensual que não sóno Estado brasileiro mas no Estado Latino-Americano, "a burocracia pública veio sendo desenvolvida como um instrumento para atender aos interesses e às necessidades políticas

---

(14) Citado por Gruppi (1987:45).

(15) Veja-se a respeito, o artigo "É Hora de Privatizar" publicado in Conjuntura Econômica/FGV, setembro de 1987, em que praticamente se prega a "desmobilização" do Estado .

(16) Embora que seja ao nível do discurso institucionalizado de "Tudo pelo Social", reforçando o mito da personalização do Estado, objeto de permanente suspeita de corrupção e nepotismo.

de classes e grupos políticos preferenciais" e que, dessa maneira" os recursos obtidos são utilizados para satisfazer a interesses po-  
líticos de poder como a interesses sociais particularísticos des-  
ses mesmos grupos, tais como os interesses privados de seus mem-  
bros", como afirma Paulo Motta (1988:1-2).

Em segundo lugar, esse mesmo Estado, apresenta uma ten-  
dência secular de elitismo, agravada pelo reinado da tecnocracia -  
herdeira do populismo<sup>(17)</sup>, cujo resultado mais óbvio se traduz no  
distanciamento entre o Estado e a Sociedade, no qual o "gap" cer-  
tamente se reflete na imposição de valores e ações conflitantes  
com os anseios da comunidade a que se destinam as políticas públi-  
cas.

Tais reflexões examinam o tema da ação estatal e acusam  
a existência de um instrumental teórico que pode ser utilizado pa-  
ra desvendar práticas hegemônicas da burguesia, através da burocracia  
pública. Entrevistas ao nível da produção pública e da forma  
como a burocracia se estrutura, particularmente através do apare-  
lho de Estado, a configuração ora anunciada assume um caráter es-  
pecífico.<sup>(18)</sup>

---

(17) Como diz Rcu Janet (1987:329) "... dois lados da mesma moeda. A tecnocracia se legitima pelo saber técnico, o populismo por sua identificação com o po-  
vo" ( ) porém "... conivente com as forças que pretendem cercear o aces-  
so das classes populares à cultura superior..." ( ) "em seu modo concre-  
to, a tecnocracia é um populismo sem povo, e o populismo é uma tecnocracia  
sem técnica".

(18) A análise se apóia numa concepção strito sensu que considera o Estado, em  
sua essência, um aparelho enquanto que numa visão ampliada, a expressão se-  
ria mais própria de uma relação de classe. Poulantzas (1980:149-57) neste  
sentido considera a unidade do Estado sob a forma de uma "unidade de apare-  
lho" que "está inscrita na ossatura hierárquica burocratizada do Estado Ca-  
pitalista, efeito da reprodução no seio do Estado da divisão social do tra-  
balho (inclusive sob a forma de trabalho manual-trabalho intelectual) e de  
sua separação específica das relações de produção."

Esse caráter específico tem duas conotações interligadas e inseparáveis, dadas por diferentes autores: uma relacionada com o exercício de um papel estratégico em que a burocracia estatal torna-se "instrumento do capitalismo para garantir a extração da mais-valia e a expansão do capital" (Motta e Bresser Pereira, 1984:244-5) e outra em que ela funciona como força auxiliar da burguesia (Mutti e Segatti, 1979).<sup>(19)</sup>

Para fins desta análise, interpreta-se que a relação social originada dessa interligação é uma relação antagônica produzida no âmbito do Estado, sendo sua manifestação materializada através da burocratização da textura organizacional, se alimentando dos papéis das funções do aparato estatal - produção, ideologia e repressão. A estratégia administrativa surge para dar conteúdo a essa relação, cuja temática emprega o conhecimento técnico e instrumental fornecido pelas teorias, que ficam ora em mãos do capital externo ora nas mãos das classes dominantes locais.

Extrapolando a discussão para além da concepção do Estado, enquanto aparelho de dominação da burguesia, faz-se necessário adicionar outro comentário que interfere na suposição de que o Estado teria um caráter de instrumentalidade porque não se pode desconhecer a concepção democrática da igualdade de classes. Neste caso, o Estado contratual descendente da tese da igualdade formal, se

---

(19) Esses autores afirmam que a relação entre aparelhos de Estado e empresa pública "é de tal maneira tão estreita que garante a tais aparelhos o exercício das funções da propriedade econômica e da posse ou direção dos meios de produção" (Mutti e Segatti, 1979:8).

encontraria liberado da luta política posto que a Sociedade Civil é que se encarregaria de conduzir o processo que garante os interesses econômicos privados, diante de uma burocracia "neutra". Luciano Gruppi (1987:25) a este respeito, observando o conteúdo de classe do Estado sugere que o Estado burguês não se denuncia, ou seja, não admite uma dominação de uma minoria contra a maioria pois seria, justamente, admitir que não existe igualdade formal e "real" para a maioria dos cidadãos.

Contudo, uma interpretação histórica fundada na concepção marxista mostra que o Estado é a expressão de dominação de uma classe, que tem ascendência sobre as demais no corpo social e econômico. A articulação desse predomínio se dá, inclusive, numa lógica própria e constitutiva do Estado e se firma através de uma burocracia própria e de uma estrutura independente. Duas características básicas fundamentam essa articulação no âmbito do Estado Moderno - poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico, absorvendo os elementos diferenciadores das formas que o precederam: soberania plena e a distinção entre Estado e Sociedade Civil.

Com base neste pensamento, é possível contra-argumentar que, na ação do Estado Capitalista o que há é uma "coincidência" entre os interesses de classe dominante e os do aparelho do Estado. Certamente que, essa hipótese favorece a idéia da autonomia relativa, isto é, a idéia de que o Estado é sujeito quando se exprime através da burocracia - instância racionalizante da Sociedade Ci-

vil - porém, isto acontece como se houvesse a condensação de uma relação de força<sup>(20)</sup>, não possuindo "poder" próprio ou autônomo para se realizar empiricamente.

Sob a perspectiva do Estado e sua autonomia relativa, percebe-se que ele, de fato, constitui "o lugar contraditório de condensação de relações de forças que atravessam igualmente a classe dominante e, principalmente a própria fração hegemônica - o capital monopolista", como afirma Poulantzas (1975:1972). Dois pontos podem ser invocados - (1) os processos históricos que testemunham o aumento da burocracia e a crescente intervenção do Estado no domínio econômico; e (2) a inscrição dos interesses divergentes na materialidade institucional do Estado, "de tal forma que ele não organiza tais interesses desde fora, mas sim no interior do seu aparato material" (Teixeira, 1988:40), rompendo com a tese do individualismo proveniente da concepção liberal, a qual sofre problemas de percurso face às organizações que vão brotando da mediação Estado e Sociedade, verdadeiros atores coletivos, resultantes das classes ou frações de classe que vão ganhando autonomia.

Desse modo, dada a importância desses pensamentos, fica extremamente facilitada a tarefa de traçar a trajetória e as representações assumidas pela burguesia brasileira, recolhendo-se os da

---

(20) Sobretudo no estilo de Poulantzas (1980:147), para quem o Estado não deve ser considerado como uma entidade extrínseca e sim "... com uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes, tal como ela se expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado".

dos compreendidos no período que vai de 1930 a 1964. De um lado emerge um Estado forte, mediador e árbitro da relação construída a partir do "Estado de Compromisso" e do outro, pontifica a ascensão da burguesia rumo à progressiva ocupação do espaço organizacional e decisivo das agências burocrático-estatais, devidamente cooptadas.

A história brasileira demonstra que o projeto burguês foi extremamente bem-servido, embora não tenha ultrapassado os limites de uma modernização-conservadora.<sup>(21)</sup> Conquistado o poder estatal, consolidou-se um Estado cada vez autoritário, não por uma "perversão" do processo, mas porque só houve uma forma da burguesia aprofundar sua dominação: ao privatizar o aparelho de Estado, ela teve que ser excludente e antidemocrática, visto que na forma democrática, havia a possibilidade de fazer alianças com as classes dominadas, lugar histórico inexistente na conjugação de forças montada em 1964 e reafirmada nos decênios seguintes.

O projeto político de dominação posto em prática pela fração dominante recebeu de Guillermo O'Donnell (1976 e 1987) a denominação de BA (Estados Burocráticos-Autoritários). Esse autor prima por destacar os aspectos dinâmicos dos BA na busca da estabi-

---

(21) Martins (1977:220) dá uma imagem bem sugestiva da dominação burguesa definitivamente conquistada com o pacto de 1964: "Como a cigarra da fábula, usu fruiu febrilmente o que encontrou ao alcance da mão: utilizou-se do Estado, enquanto entidade econômica, agente planejador e autoridade política, não só para criar condições materiais mais favoráveis à dinâmica dos grupos monopolistas e do capital estrangeiro, como também para coagir monopolistas integrantes do bloco no poder, como é caso típico de vários setores da burguesia industrial, da burguesia agrária e da burguesia estatal, a acatar diretrizes que, objetivamente, contrariavam seus interesses, ora de curto, ora de longo prazo. Fez em suma, o que lhe deu na telha. Só não lhe ocorreu parar para pensar, entre outras coisas, no fato de que do seu ponto de vista, o modelo político em curso tinha pés de barro".

lidade social, temerosa de liberdades, da organização efetiva da sociedade civil e da participação, ressaltando que "... os anos iniciais dos BA estão marcados por seu isolamento político, provocado pela exclusão do setor popular e pela desilusão de muitos de seus aliados originais" (O'Donnell, 1987:39). Tratando do mesmo tema enquanto aborda a democratização dos BA, é o mesmo O'Donnell (1976) que faz uma crítica ao poder imponente do Estado, ao afirmar que

"o terror deste estado diante do silêncio e do vazio da sociedade civil, suas tentativas abortadas de introduzir o corporativismo e a sua nostalgia pela democracia, constituem expressões distorcidas embora decisivas das dificuldades enfrentadas por uma forma de poder que carece de mediações como legitimidade".

(p. 293)

Sob tal legitimidade restrita, produziu-se um regime político que utilizou o Estado para aprofundar seu enraizamento na vida dos cidadãos, via apropriação pela elite burocrático-militar das tarefas governamentais.

O caso brasileiro é pródigo no exemplo de processo de reestruturação do aparelho de Estado para fazer face ao econômico e ao técnico. Também se aplicam as reflexões sobre como modifica-se o regime político para preservar a "paz social" e garantir a reprodução capitalista, em escala local e mundial. Deste modo fica extremamente adequado aplicar a análise feita por Mathias e Salama (1983:69) sobre a capacidade do Estado em "substituir" os capitalistas na transformação burguesa vivida pela sociedade. De um lado apontam a articulação endógena de três grandes setores pro



utivos (bens de produção, bens de consumo operários e bens de consumo duráveis) para modificar o modelo de acumulação e a violência estatal que se estende em paralelo à internacionalização da economia. (22)

Tão flagrante quanto pode ser esse tipo de observação, é o fato de que o desenvolvimento engendrado - chamado curiosamente de "milagre econômico" - foi conquistado ao preço de uma trágica solidão. Assim, embora não se tenha chegado a um nível de análise que denuncie com toda amplitude a "causa material" da atual crise brasileira, surge a ponta do véu que, desvendado, aponta para o caráter imperativo dessa dominação, bem como para as circunstâncias que inviabilizaram a perpetuação do modelo a que subordinou-se a sociedade civil. (23)

O fato é que o Brasil teve iniciada uma fase de transição democrática, cujo cenário remonta à gestão do Governo Militar de Ernesto Geisel, descrito por Góes (1970:21), como sendo, "um presidente centralizador, que, no entanto, propôs um projeto de distensão, concebido na forma de um desenvolvimento gradual e integrado. A articulação, passou, então, a requerer descentraliza-

---

(22) Segundo esses autores o novo modelo de acumulação é socialmente excludente, pois, "os salários dos operários são vistos como um simples custo de produção que se trata de reduzir e não como uma componente da demanda que deve ser ampliada" e isto "... pressupõe uma profunda modificação na forma e na ação do Estado" (Mathias e Salama, 1983:168).

(23) A lógica da ação estatal no campo da cidadania é bem delineada por Abranches (1986).

ção do processo decisório, exigindo uma fórmula de administração mais aberta e a integração entre o regime vigente e a sociedade".

O que dizer passados praticamente quase vinte anos após a década de 70 ? Vivemos grandes momentos de contradições em que a ação estatal se apegua a uma estrutura supostamente em vias de desagregação enquanto a sociedade caminha para outra estrutura bastante diferente. A presença do Estado contrapõe-se com questões fundamentais, sendo que a primeira delas é de que, a nação cresceu mas não se desenvolveu e a segunda é a consciência de que não se passa de uma ordem fechada, à outra aberta, por simples passe de mágica. Muito se tem a fazer para recuperar o tempo perdido. No entanto, todos os caminhos e debates passam por uma redefinição do papel do Estado - que vem perdendo sua capacidade financeira de maior investidor da economia brasileira - senão, hão de continuar os impasses infundáveis, como questiona Costa (1986):

"Como empregador, como pode pensar ao mesmo tempo na melhoria do padrão de vida da população e no retorno financeiro do emprego do seu capital ? Como é possível fazer concessões a outros Estados em função do seu próprio endividamento e defender a autonomia e a soberania nacional ? Como pode defender a igualdade de chances e direitos do trabalho e à livre empresa, se está ele mesmo comprometido através de contratos e investimentos ? A recessão econômica e a perda de soberania nacional, através do dirigismo da economia por grupos econômicos estrangeiros, não significa o medo da falência do próprio Estado enquanto empresa e enquanto instituição política ? E finalmente, o Estado-empresa não decreta a própria falência da democracia, na medida em que lega aos políticos que se sucedem contratos, dívidas, acordos?"

Sem dúvida, o Brasil vive um momento decisivo da sua trajetória. Ao Estado cabe um papel insubstituível na intervenção da esfera econômica, mas a experiência histórica traz a convicção de que, por mais imprescindível que ele seja, não lhe é possível solucionar os problemas que atingem a sociedade por uma forma autoritária, centralizadora, ou à revelia de forças que representam o tecido social. Deste modo, o desenvolvimento só pode ser alcançado em harmonia entre o Estado e as entidades representativas da sociedade civil e da população, estabelecendo um entrelaçamento de esforços orientado para a superação do desafio do presente, de que todos devem tomar parte. Segundo Aristóteles, um homem sozinho é incapaz de um único pensamento verdadeiro, ao passo que os homens em conjunto são praticamente infalíveis.

## V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio H.H. Os Despossuídos, Crescimento e Pobreza no País do Milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- BOSCHI, Renato R. Elites Industriais e Democracia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- BRIGAGÃO, Clóvis. A Militarização da Sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- CARDOSO, Fernando H. Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CHAUÍ, Marilena. O Que é Ideologia. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.
- COSTA, Maria C.C. O que todo Cidadão Precisa Saber Sobre Democracia. São Paulo: Global, 1986.
- COUTINHO, Nelson. A Democracia como Valor Universal. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1980.
- DREIFUSS, René. A Internacional Capitalista, Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional 1918-1986. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo, 1987.
- EVANS, Peter. A Tríplíce Aliança. as Multinacionais, as Estatais e o Capital Nacional no Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- FAUSTO, Bóris. A Revolução de 1930. Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FIGUEIREDO, Vilma. Desenvolvimento Dependente Brasileiro: Industrialização, Classes Sociais e Estado. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- GOÊS, Walder de. O Brasil do Presidente Geisel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- GRUPPI, Luciano. Tudo Começou com Maquiavel: as Concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. São Paulo: L & PM Editores, 1987.
- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1986.

- MARTINS, Carlos E. Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. O Estado Superdesenvolvido (Ensaio sobre a Intervenção Estatal e sobre as Formas de Dominação no Capitalismo Contemporâneo) das Metrópoles do Terceiro Mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MELLO, João M.C. de. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MILIBAND Ralph. Marxism and Politics. Oxford: Oxford Univ. Press, 1977.
- MOTTA, Fernando C.P. Empresário e Hegemonia Política. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MOTTA, Fernando C.P. e PEREIRA, Luís C.B. Introdução a Organização Burocrática. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MOTTA, Paulo R. Modernização Administrativa: Propostas Alternativas para o Estado Latino-Americano. Rio de Janeiro: Cadernos EBAP n. 36, Julho 1988.
- MUTTI, Antonio e SEGATTI, Paolo. A Burguesia de Estado, Estrutura e Funções da Empresa Pública. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- O'DONNELL, Guillermo. Reflexões sobre os Estados Burocrático-Autoritários. São Paulo: Edições Vértice, 1987.
- \_\_\_\_\_. Corporativismo e a Questão do Estado; Belo Horizonte: Cadernos DCP/IFMG, n.3, março, 1976.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo: Seleção CEBRAO n. 1, Ed. Brasiliense, 1975.
- OLIVEIRA, Rezilda R. Dimensões Políticas na Administração Pública: um Estudo Exploratório. Belo Horizonte: Anais de XII Reunião Anual da ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, Set. 1988.
- PEREIRA, Luís C.B. A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. O Colapso de uma Aliança de Classes. São Paulo: Brasiliense, 1978.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder e o Socialismo. Rio de Janeiro: Graall, 1980.

\_\_\_\_\_. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

ROUANET, Sérgio. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SARAVIA, Enrique. O Sistema Empresarial Público no Brasil: Gênese e Tendências Atuais. Brasília: IPEA/CEPAL, 1988.

TEIXEIRA, Sonia M. F. Estado Capitalista e Política. Texto da Disciplina Estado e Sociedade, Curso de Mestrado em Administração Pública, EBAP/FGV, 1988.

VILLELA, Annibal V. e SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1989-1945. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

WAHRLICH, Beatriz M. de S. Reforma Administrativa Federal Brasileira Passado e Presente. Textos da Disciplina Modernização Administrativa do Curso EBAP/CIPAD, vol. III.

WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Série Cadernos EBAP

- 01 - FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO: ALTERNATIVAS EM DEBATE  
- 1980.  
Bianor Scelza Cavalcanti
- 02 - EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS PARA A TEORIA DE ORGANIZAÇÃO  
1980  
Ana Maria Campos
- 03 - TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL: INFERÊNCIA SOBRE  
A EXPERIÊNCIA DAS EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL - 1980.  
Paulo Roberto Motta
- 04 - ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS - 1980  
Luciano Zajdsznajder
- 05 - A INTERVENÇÃO ESTATAL NO SETOR SAÚDE: UMA CONTRIBUIÇÃO PA-  
RA A PESQUISA "GASTO PÚBLICO EM SAÚDE" - 1980.  
Equipe PROASA
- 06 - EDUCAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: RETROSPECTIVA E PERSPEC-  
TIVA DA EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA E REFLEXÕES SOBRE O CA-  
SO BRASILEIRO - 1980.  
Armando Moreira da Cunha
- 07 - PROJETO RIO: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO PAR-  
TICIPATIVO - 1981  
Héctor Atilio Possiese
- 08 - A PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NA TEORIA GERENCIAL: A PARTICIPA-  
ÇÃO INDIRETA - 1981.  
Paulo Roberto Motta
- 09 - PARTICIPAÇÃO NA GERÊNCIA: UMA PERSPECTIVA COMPARADA - 1981.  
Paulo Roberto Motta

- 10 - O RITUAL DA DESBUROCRATIZAÇÃO: SEUS CONTEXTOS DRAMÁTICO E REPRESENTAÇÕES - 1981.  
Maria Eliana Labra
- 11 - ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO ATRAVÉS DE SERVIÇOS CONTRATADOS - 1981.  
Valéria de Souza
- 12 - MINHA DÍVIDA A LORD KEYNES - 1982  
Alberto Guerreiro Ramos
- 13 - UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO POLO NOROESTE - 1982  
Antônio de Pádua Fraga
- 14 - REPARTINDO TAREFAS E RESPONSABILIDADES NAS ORGANIZAÇÕES: ALGUNS DILEMAS ENFRENTADOS PELA GERÊNCIA - 1982.  
Anna Maria Campos
- 15 - AS DISFUNÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DO ALCOOL EM DECORRÊNCIA DA EXCESSIVA ÊNFASE NA CANA-DE-AÇÚCAR - 1982.  
Fátima Bayma de Oliveira
- 16 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SAÚDE: A VISÃO DE UM SANITARISTA 1982.  
Franz Rulli Costa
- 17 - O "JEITINHO" BRASILEIRO COMO UM RECURSO DE PODER - 1982  
Clóvis Abreu Vieira  
Frederico Lustosa da Costa  
Lázaro Oliveira Barbosa
- 18 - FINSOCIAL: ANÁLISE DE UMA POLÍTICA GOVERNAMENTAL - 1983.  
Paulo Emílio Matos Martins
- 19 - AVALIAÇÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: A PERSPECTIVA SOCIAL - 1983  
Paulo Roberto Motta



- 20 - REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE TECNIFICAÇÃO DA MEDICINA NO BRASIL - 1983.  
Paulo Ricardo da Silva Maia
- 21 - A CO-GESTÃO NO INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER: UMA ANÁLISE ADMINISTRATIVA - 1983.  
Paulo Roberto Motta
- 22 - O SINDICALISMO NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS - 1983.  
Lucival José Siqueira Costa
- 23 - PLANEJAMENTO, PESQUISA E APRENDIZAGEM - 1983  
Luciano Zajdsznajder
- 24 - A INFORMAÇÃO DO SETOR PÚBLICO COMO FORMA DE OBTENÇÃO DE GANHOS SUBSTANCIAIS DE PRODUTIVIDADE - 1983.  
José Osmir Fiorelli
- 25 - ANÁLISE DA ESTRUTURA FORMAL DAS ORGANIZAÇÕES: CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS - 1983.  
Armando Bergamini de Abreu
- 26 - ALGUNS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA AUTOMAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO - 1983.  
Samuel Levy
- 27 - O PROGRAMA DE ESTUDOS PROSPECTIVOS SOBRE O IMPACTO SOCIAL DA TECNOLOGIA. UMA PROPOSTA INSTITUCIONAL - 1983.  
Samuel Levy
- 28 - PESQUISA: RELEVÂNCIA SOCIAL, COOPERAÇÃO E ABERTURA À APRENDIZAGEM - 1983.  
Anna Maria Campos
- 29 - INVESTIGAÇÕES DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE NO BRASIL - 1984  
Sonia Maria Fleury Teixeira

- 30 - A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NAS DECISÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - 1984.  
Luis Carvalheira de Mendonça
- 31 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - RETROCESSO OU NOVOS RUMOS PARA A MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO? - 1984.  
Cleisi Heisler Neves
- 32 - FAMERJ VERSUS BNH: UM ESTUDO DE CASO SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS - 1985.  
Araci Machado  
Silvia Porto  
Sylvia Constant Vergara
- 33 - A RELAÇÃO ESTADO E TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL - 1985.  
Carlos E. Rodrigues López  
Carmem Lúcia L. Veloso de Castro  
Maria Elide Bortoletto
- 34 - NOTAS SOBRE A RELEVÂNCIA DA ELABORAÇÃO DE UM NOVO TEXTO CONSTITUCIONAL PARA A EFETIVIDADE DA DEMOCRACIA NO BRASIL 1986.  
José Martins da Silva
- 35 - ADMINISTRAÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL (RELATÓRIO FINAL) - 1987.  
Bianor Scelza Cavalcanti  
Jorge Vianna Monteiro  
José Cezar Castanhar
36. - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: PROPOSTAS ALTERNATIVAS PARA O ESTADO LATINO AMERICANO - 1987.  
Paulo Roberto Motta.
- 37 - RAZÃO E INTUIÇÃO: RECUPERANDO O ILÓGICO NA TEORIA DA DECISÃO GERENCIAL - JUN - 1988  
Paulo Roberto Motta

- 38 - PARTICIPAÇÃO DIRETA DO EMPREGADO NO PROCESSO DECISÓRIO E  
NÍVEL DE PRODUTIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES - JUL, 1988.

Ethel Valéria de Oliveira Raiser

- 39 - IMPACTOS DA RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NA CONCESSÃO DE  
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - OUT, 1988.

Maria Eliana Labra

Lenaura de Vasconcellos C.Lobato

- 40 - EM BUSCA DE UM MODELO INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOL-  
VIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - NOV, 1988.

José Eduardo Coelho Messeder

- 41 - AS ORGANIZAÇÕES E O FUTURO: OS ELEMENTOS UTÓPICOS - DEZ, 1988.

Gabriel Antonio Atalla

- 42 - IMPLICAÇÕES DO CONCEITO DE AUTOGESTÃO DA PERESTROIKA DE  
GORBACHEV - ABRIL, 1989.

Eneida Santos Correia Lima



